

## Apostilas epigráficas – 13

---

O autor escreve  
segundo o Acordo  
Ortográfico de 1945

José d'Encarnação

*À memória de João L. Inês Vaz*

**Resumo** O epítáfio de *Culua Paugendiae filia* há muito identificado em Lamego (*conventus Scallabitanus*) suscita ainda dúvidas no seu verdadeiro significado, mormente do ponto de vista linguístico. Ambos os antropónimos são raros: de *Culua* não há, de momento, mais nenhum testemunho; e de *Paugendus/a* registou-se apenas outro, em Coria. Cumpre, pois, reflectir sobre a metodologia utilizada (ou a utilizar) para discernir a eventual atribuição dos antropónimos pré-romanos a determinada 'família' linguística.

**Abstract** Near the Portuguese city of Lamego, in the Roman *conventus Scallabitanus*, *Culua Paugendiae filia*'s epitaph pose no little doubts about his significance, even in the linguistic context. In fact, *Culua* is a unique and we have only another example of *Paugendus* in all the epigraphy of the Roman world. Perhaps, it will be an occasion to rethink our linguistic methods to better explain the history.

Está incrustada na parede do coro alto da igreja de Santa Maria de Almacave, em Lamego, uma estela funerária romana de granito de grão fino, epitáfio de *Culua Paugendiae filia*.

João L. Inês Vaz voltou a recordá-la, em 2007 (n.º 6), assinalando, em relação aos antropónimos: de *Culua* “é este o único exemplar que se conhece em todo o mundo romano, pelo que se deverá tratar de um nome indígena de uso exclusivamente local”; e de *Paugendia* apenas se conhece “outro exemplar, em Coria”.

Existe, ao lado desta, outra estela, também de granito — a n.º 7 do catálogo de João Vaz, de 2007 —, referente a um casal centenário: *Doqirus Turei f(ilius)* e *Ibdoena Talotis f(ilia)*, possivelmente mandada lavrar pelo filho *Vegetus* (a epígrafe está truncada em baixo).

O carácter único da onomástica patente na primeira epígrafe sugere algumas reflexões.

### 1. A aculturação onomástica

É de todos os tempos a aculturação onomástica, embora, no âmbito histórico, seja costume dar maior importância a esse fenómeno linguístico no quadro da relação entre os povos pré-romanos e os romanos recém-chegados à Península Ibérica.

Esse maior interesse por parte dos investigadores tem duas razões de ser em relação à própria Hispânia: uma externa e outra interna.

Prende-se a externa com a curiosidade dos investigadores em saberem donde terão provindo os primeiros habitantes peninsulares. Parte-se do princípio que a península poderia não ter albergado gente autóctone ou que, se a tivesse, o seu estado semisselvagem, digamos assim, cedo se teria deixado dominar por gentes mais dinâmicas que procuraram esta saída para o mar, atraídas também, quiçá, pelo bom clima e ambicionadas riquezas naturais. Desta sorte, o estrato populacional que os Romanos vieram encontrar a partir do século II a.C. — e é desse período que mais notícias se têm, porque, a esse propósito, não serão muito significativas as informações proporcionadas pelos vestígios arqueológicos anteriores — teria

obnubilado quase por completo o eventual estrato primevo. Por tal motivo, não seria despiciendo descobrir se esses povos teriam vindo do Centro da Europa, habitualmente tidos como indo-europeus — ou, se se preferir, celtas —, ou, ao invés do Norte de África (íberos).

É este — sabemos-lo bem — um esquema explicativo deveras simplista, porventura sem qualquer correspondência com a realidade, que também não se conhecerá, afinal, em todas as suas condicionantes e virtualidades. De qualquer modo, foi sedutor para os historiadores da 2.ª metade do século XIX, muito ligados a ideologias políticas. A imagem de um Império Romano dominador com uma só língua, rasgado por vias estratégicas, uno na sua enorme extensão... continuava a ser aliciante ideal por que se pugnava. Não se criara o Sacro Império Romano-Germânico, que vigorara, com maiores ou menores vicissitudes, desde 962 a 1806? Por conseguinte, uma Península Ibérica extensão do Centro europeu interessava grandemente aos paladinos de uma reestruturação imperial. E sabe-se que não terá sido, por isso, inocente o dinamismo manifestado, por exemplo, pelas instituições culturais governativas alemãs, como a Academia das Ciências de Berlim, para que bem se estudasse o Direito romano, a organização militar romana, as estruturas socioeconómicas, inclusive os mecanismos da população e da religião patentes, designadamente, nas epígrafes, através da realização de um *Corpus Inscriptionum Latinarum* total. Estudos de então, estudos do século XXI!...

Essa, a razão exterior à Hispânia.

Quanto à razão interna, hemos de convir que desde há muito a Península Ibérica foi um mosaico de povos. E se, do lado ocidental, cedo se logrou uma unidade, pelo Centro e pelo Oriente a herança dos Reinos Cristãos longamente se manteve. Não carece essa análise de longas explicações, porquanto o crescente e reivindicado uso das línguas autóctones — não só o basco e o catalão, mas o galego, o castelhano (este que logrou a supremacia), o leonês... — se tem imposto cada vez mais e não apenas como memória. Veja-se a diferença: em Toulouse (França), as ruas têm nome em francês e em occitano, mas este não é falado, enquanto em Vitória (País

Basco) há também placas toponímicas nas duas versões, e o basco é a língua corrente. Perguntar-se-á: que tem essa observação a ver com as duas epígrafes de Almacave e, de modo específico, com o fenómeno da aculturação linguística ocorrida durante a presença dos Romanos na Hispânia? Muito simples: é que a Linguística poderá dirimir etimologias célticas, ibéricas, celtibéricas. E cada região pode avocar a si uma família etimológica própria. Daí, o poder falar-se em razão interna dessa preocupação etimológica, passível de estar patente em monumentos como os dois a que atrás se fazia referência.

Os fenómenos históricos podem, *mutatis mutandis*, tornar-se mais compreensíveis se os compararmos com o que se passa na actualidade. Razão tinha aquele historiador que, indo com os colegas, ficou para trás, a observar um grupo de pessoas a discutir; quando lhe perguntaram a razão, respondeu que, para melhor compreender o Passado, precisava de bem conhecer o Presente.

Neste domínio da onomástica, há, de facto, lições a tirar. As modas no vestuário são, por natureza, efémeras; a moda dos nomes perdura mais e não se muda com facilidade. Aquela senhora chama-se Milene; pensa-se de imediato que é filha de emigrante português em França; não é: o pai queria que se chamasse Milena e no Registo Civil não aceitaram! Fácil é, porém, verificar como a tradição bíblica se tornou dominante, em questões onomásticas, em todos os tempos, na Europa Ocidental. Na actualidade, mormente por influência dos meios de comunicação social, há outras inspirações: personalidades notáveis pela vida (Diana) ou pela literatura (Gabriela) podem influenciar uma escolha; contudo, não é possível garantir que todas as Gabrielas reflectam o entusiasmo dos pais pelo romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado. Já um rapaz com os primeiros nomes Karl Marx ou George Washington — não em Portugal, mas no Brasil ou nos países africanos de língua oficial portuguesa — constitui indício claro de uma ideologia.

## 2. A epigrafia romana da região de Lamego

É, sem dúvida, aleatório — e porventura falacioso — escolher determinada área da

Lusitânia ou mesmo da Hispânia para reflectir sobre esta temática da aculturação onomástica. Suscitou-nos, todavia, curiosidade o carácter único, ou quase único, dos antropónimos *Culva* e *Paugendia*, além de haver nessa epígrafe dois outros aspectos a concomitantemente merecerem atenção.

Explicita-se, em primeiro lugar, que coube a João Vaz, na sequência de outros estudos que já fizera, lançar mão a um livro, muito bem apresentado, em que, precisamente com base na tipicidade dos monumentos epigráficos e não só, chamou a “Lamego na época romana” a “capital dos Coilarnos” (2007). Não cominaremos o autor por ter querido, como se diz em linguagem popular, “puxar a brasa à sua sardinha”, atribuindo a Lamego um lugar proeminente já antes da chegada dos Romanos. Aliás, não hesitara, por isso, em interpretar assim o altar de granito, de 1,03 m de altura, guardado na capela de S. Pedro de Balsemão: I(ovi) · O(ptimo) M(aximo) / C(ivitas) · C(oilarnorum) · . Que melhor testemunho do que este se poderia esperar? E não haveria questão em o dedicante se identificar por meras siglas, por se encontrar no cerne da região em causa e todos entenderiam bem o seu significado — como, hoje, C.M.S. é Câmara Municipal de Sintra num sítio e Câmara Municipal do Sabugal noutra... O paralelo com a dedicatória de Almofala era evidente: IOVI OPTVMO / MAXVMO / CIVITAS / COBELCORVM (Frade, 1998). Aqui, o orgulho em patentear o nome estava bem evidente; Lamego era “capital de civitas”, não carecia de alarde; os Cobelcos é que precisavam de se evidenciar...

Parece, contudo, que esse recurso às siglas não seria inusitado. O monumento a que João Vaz deu o n.º 1, também ele um altar de granito guardado na capela de S. Pedro de Balsemão, traz apenas F · S, prestando-se a diversas interpretações, consoante o contexto original em que estava inserido: dedicado à Fortuna, sugeriu João Vaz; dedicado a *Fontanus* ou à *Fons*, caso se tivesse encontrado junto a uma nascente termal...

Trata-se, na verdade, de uma epigrafia onde bem convivem as duas culturas. Temos CELTIVS M/AELONIS / HIC · SITVS / EST (n.º 4), de S. Pedro de Balsemão, uma placa rude, gravada com goiva, datável dos primórdios do século I (Fig. 1).

E temos, por outro lado, da igreja de S. Maria de Almacave, a placa de mui preciosa (e clássica!) moldura de óvalos e folhas de acanto, de texto bem latino, datável (pela paleografia) já de meados do século I, perpetuando a memória de um casal que João Vaz opina serem, muito provavelmente, “cidadãos romanos de origem itálica”: IVLIAE MARCI F*(iliae)* / MARCELLAE / Q*(uintus)* SCAEVIVS / VEGETVS VXORI (Fig. 2). Aproveite-se para assinalar que esta inscrição foi publicada em *CIL* II 5251, apresentando Hübner a leitura (correcta) que Soromenho lhe enviara, porque cedo se havia apercebido de que os EE tinham quase imperceptíveis as



Fig. 1 – Placa de S. Pedro de Balsemão.

suas barras horizontais. Sucedeu, todavia, que passou para *HEp* 22 044 e para *EDCS*-05600550 essa versão de veras estranha. Diligenciámos, pois, que fosse corrigida tanto numa como noutra destas bases de dados.

No que concerne à decoração, teve Luís da Silva Fernandes ocasião de, mui oportunamente, a relacionar com um lote de outras, da Lusitânia, em que os elementos decorativos eram praticamente iguais, quase deixando perceber que houvera mútua influência; conclui mesmo que se trata de “um modelo difundido a partir da capital provincial, através dos principais eixos viários”. “Os motivos decorativos das molduras”, escreve, “remetem-nos para uma estética urbana, oficial e monumental, constituindo essas placas verdadeiros *specula Urbis*, que proclamam a adesão das elites locais aos modelos de Roma e veiculam, em simultâneo, a comemoração e a autorrepresentação do indivíduo” (Fernandes, 2011, p. 677). Aliás, já em 2002 Luís Fernandes — tendo em conta que esses testemunhos assim decorados eram, à excepção de um, de *Augusta Emerita*, “oriundos de meios rurais e urbanos do interior beirão, distantes dos circuitos do litoral cosmopolita da *Lusitania* e da pujança de oficinas epigráficas de grande qualidade” — sublinhava que, desta sorte, “alguns notáveis



Fig. 2 – Placa de S. Maria de Almacave. Foto de Manuel Adrega.

locais” haviam optado “pelo luxo de produtos oriundos da capital provincial”. “Estas placas”, concluiu, “não só evidenciam o elevado estatuto socioeconómico e grau de cultura da sua clientela (...) como atestam também a adesão aos modelos oficiais” (Fernandes, 2002, p. 128; Fig. 3). Do ponto de vista onomástico, dois aspectos merecem reflexão. Por um lado, o facto de a *ordinatio* do texto ter sido bem pensada, porque a grafia do patronímico por extenso obedece mais a um propósito estético do que a qualquer outra intenção. Por outro, a presença do gentílico é de veras significativa. Primeiro, porque, na Hispânia, até ao momento, só se conhece outro testemunho: chamava-se *Sextus Aponius Scaevius Flaccus* o flâmine provincial, marido da *Iulia*

locais” haviam optado “pelo luxo de produtos oriundos da capital provincial”. “Estas placas”, concluiu, “não só evidenciam o elevado estatuto socioeconómico e grau de cultura da sua clientela (...) como atestam também a adesão aos modelos oficiais” (Fernandes, 2002, p. 128; Fig. 3).

Do ponto de vista onomástico, dois aspectos merecem reflexão.

Por um lado, o facto de a *ordinatio* do texto ter sido bem pensada, porque a grafia do patronímico por extenso obedece mais a um propósito estético do que a qualquer outra intenção.

Por outro, a presença do gentílico é de veras significativa. Primeiro, porque, na Hispânia, até ao momento, só se conhece outro testemunho: chamava-se *Sextus Aponius Scaevius Flaccus* o flâmine provincial, marido da *Iulia*



Fig. 3 – Placa de Beijós (Carregal do Sal).

Modesta que, em Bobadela (Oliveira do Hospital), ex *patrimonio suo*, mandou lavar epígrafe consagrada à *Pietas, in honorem gentis* do marido (CIL II 396; Navarro, 2017, pp. 545–546). A *gens* em causa poderia ser a *Aponia*; contudo, um segundo gentílico sugere, de imediato, uma adopção; sendo assim, entre os dois a escolha da homenagem recairia de preferência sobre o segundo. É que intenção poderia estar subentendida nesta atitude de *Iulia Modesta*? Seguramente, a de melhor enraizar os *Scaevii* na comunidade local! Ora, apesar de Lamego não estar perto de Bobadela, não custa crer que, nesses remotos tempos, o prestígio de uma família se estendesse e, na verdade, a riqueza decorativa da placa de Almacave não deixa de ser eloquente! Poderá Q. *Scaevius Vegetus* não ser cidadão romano, não necessitaria, neste contexto funerário, de indicar a tribo em que porventura estivesse inscrito; está, contudo, bem dentro dos cânones estéticos e linguísticos latinos vigentes. Duas outras epígrafes inseridas no livro de João Vaz foram alvo de recente reanálise e proporcionaram novidades. A n.º 3 (pp. 76–79), cuja interpretação estava confusa, revela, afinal, que *Caturo* e *Virius* aí mencionados são irmãos, ambos filhos de *Ceius*, e *Boutia* também aí referida e cujo elo

de parentesco se não descortinara, partilha com eles a herança e, conseqüentemente, a obrigação de erigir o sepulcro, porque *Ceius*, por testamento, a nomeou sua herdeira! Para além disso, detém essa epígrafe um outro aspecto deveras relevante, do ponto de vista da etnonímia: é que *Caturo* e *Virius* fazem questão em identificar-se como *Copori* e *Boutia*, por seu turno, é *Meidubrigensis*! (Encarnação, 2019, pp. 124–127). Uma demonstração clara, portanto, das suas raízes, ainda que num texto redigido em latim!

A inscrição de Penude (Vaz, 2007, pp. 96–97) permitiu, por seu turno, assistir ao ensaio rude, por parte de indígenas, da representação da família em baixo-relevo, com um texto singelo, pleno de siglas e de abreviaturas, que deu azo a uma sugestão de interpretação, até então não tentada e que se pôs, por isso, à consideração dos investigadores: a utilização do diminutivo por que o defunto era conhecido: “Não adianta discutir se será *Tongus, Tongius, Tongetamus!*... Era... *Ton!*” – propôs-se. A leitura interpretada seria, pois, *DIBVS · M(anibus) / F(ilio) · PAR(entes) · P(osuerunt) / F(ilio) · TON · / A(nnorum) · XVI (sedecim)*, e a tradução “Aos deuses Manes. Os pais puseram ao filho. Ao filho Ton, de 16 anos” (Encarnação 2018, pp. 39–45).

### 3. *Culua, Paugendia*

Tempo é, por conseguinte, de voltarmos à epígrafe que motivou estas reflexões (Fig. 4), por haver a ideia de que *Culua* e *Paugendia* se apresentavam como antropónimos sem paralelos linguísticos e, quiçá, uma análise mais aprofundada poderia filiá-los numa das ‘famílias’ a que habitualmente se atribuem os nomes não-latinos nem etimologicamente gregos da Hispânia.

Em *Fouilles de Conimbriga* II n.º 64, registam-se *Scaevinus* e *Scaeva*, que, escrevem Robert Étienne e Georges Fabre, denunciam estar-se em presença de “uma família fortemente ligada às tradições célticas” (p. 88); ora, se relacionarmos com estes dois cognomes o gentílico *Scaevius* de que atrás se falou, poder-se-ia dizer que a influência céltica também se havia estendido até aqui. Poderão as comparações linguísticas trazer alguma luz sobre a questão?

Não será difícil aceitar que, na ausência de gravações das vozes dessa época — por mais engenhosas que sejam as tentativas nesse sentido — reina alguma incerteza em relação ao som que determinadas palavras teriam, inclusive em relação ao latim, de que temos, aliás, a “pronúncia restaurada”, a “pronúncia à portuguesa” (passe a expressão) e a “pronúncia do Vaticano”. O mesmo se diga em relação à representação desses sons em palavras latinas, caso, por exemplo, do *u* e do *v*, em que se regista a existência de diferentes ‘escolas’. É também por isso que justificamos as diversas grafias do teónimo *Endovellicus*, por exemplo, por má compreensão da dicção indígena, e o lapicida acabou por grafar como *lhe soou melhor* (Encarnação 2005, p. 417). Haverá, sem dúvida, motivos para grafar assim *p<sup>o</sup>ot'i* — o antropónimo indo-europeu etimologicamente subjacente a *Boutius* (Correa, 1996, p. 73), antropónimo exclusivamente documentado na epigrafia da Lusitânia; ter-se-á, porém, certamente, alguma dificuldade em relacionar o som com essa representação.

### 3.1. Culua

Vem esta reflexão a propósito da dúvida: é *Culua* ou *Culva*? E com que argumentos se poderá tomar partido por uma ou outra opção? Provavelmente, tentando encontrar paralelos que se nos afigurem linguisticamente próximos. Vamos ver.

Para já, a grafia: em AE 1983 482 optou-se por *Culua*, o mesmo se verificando em Abascal, 1994, p. 340; em Villar, 2000, p. 348; e em Vallejo, 2005, *passim*. Apenas EDCS-08500330 traz *Culva*.

E a etimologia?

Francisco Villar refere *Culua* no apartado “Sobre certas grafias especiais das oclusivas surdas”, que integra o capítulo «Los antropónimos “meridionales”», a propósito do nome *Chalbus*, transmitido por Tito Lívio; afigura-se-lhe este um *hápax*, ou seja, palavra só uma vez registada, e acrescenta: “Há, porém, exemplos epigráficos que são, provavelmente, o mesmo antropónimo, ainda que com fortes variantes gráficas” e refere os antropónimos *Calube*, *Coloba* e *Culua*, presente este apenas na epígrafe de Lamego.

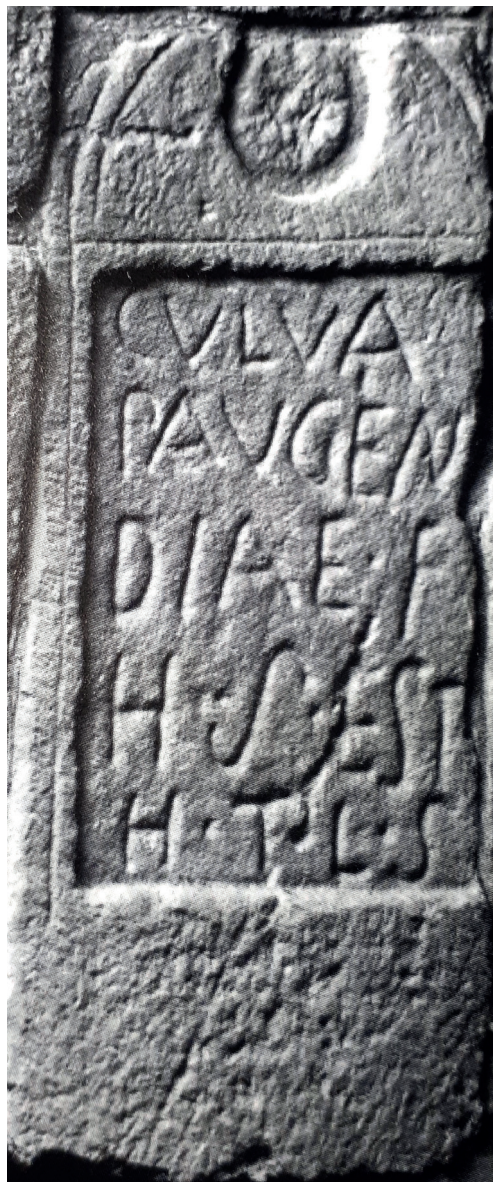


Fig. 4 – Epitáfio de *Culua*, filha de *Paugendia*.

Opina que “a forma básica” destes termos é *Caluba*; contudo, voltando a *Chalbus*, que foi o ponto de partida para citar *Culua*, declara:

Com este testemunho único é difícil dizer se reflecte, ou não, alguma particularidade articulatória da oclusiva surda inicial na língua nativa indo-europeia meridional, a que obviamente pertence tanto o segmento *uba* como a raiz *Cal-* (Villar, 2000, p. 348).

Por seu turno, Blanca Prósper (2002, p. 413) afirma: “É muito interessante notar a existência de um antropónimo CVLVA (Lamego,

Viseu), que constitui, na minha opinião, uma correspondência do latino *caluus*, osco KÁLÚ-VIEÍS, KALAVIIS < \*Kalovio-, antigo indiano [sânscrito] -kūlva-, -kulva- “calvo”, do indo-europeu \*k|H-wo- (IEW, p. 554).”

Alude, de seguida, à evolução por que terá passado a palavra *caluus* – cuja forma protolatina é, em seu entender, \*kaluwos — para concluir que, independentemente dos “problemas associados à evolução particular do latino *caluus*”, se deve manter a explicação de que CVLVA se formou a partir de \*k|H-wo-.

Como escreve a palavra sempre em maiúsculas, não se consegue perceber se terá optado pela leitura *Culua* ou *Culva*. No índice, a palavra é incluída no rol dos “antropónimos hispânicos” (Prósper, 2002, p. 490).

Vallejo Ruiz organizou por radicais o seu “corpus de formas documentadas” dos antropónimos indígenas da Lusitânia. *Culua* surge, portanto, agregada ao radical *cul-*; cita a proposta de Blanca Prósper de, no caso de *Culua*, ter havido uma evolução de \*| para *ul*; prefere, porém, ainda que dubitativamente, “propor \*k|(e)|, com o que se poderia estabelecer conjecturalmente uma relação com os nomes em *Col-*” (Prósper (2002, pp. 297–298). Neste livro, *Culua* volta a ser citado como exemplo de “derivação em -u-” (p. 556), sem, no entanto, uma especificação específica.

Uma consulta aos dicionários de Latim apenas permite verificar que a hipótese de *v* não existe e que há palavras de sons similares: *culeus*, saco de couro; o antropónimo *Culleo*; *cululla*, o vaso de que se serviam os pontífices e as vestais. No rol de cognomes latinos preparado por Kajanto, na década de 60 do século passado com base nos corpora, vêm citados (Kajanto, 1965, p. 387) *Culina*, *Culina* e o já referido *Culleo*.

Em suma: trata-se, de facto, de caso único. Apesar de eventual relação com a palavra latina *collis* (colina), que Blanca Prósper nos sugeriu em mensagem, ou com *calvus*, será preferível classificá-lo como antropónimo etimologicamente pré-romano e, a crer na sugestão de Francisco Villar, mais aparentado com as zonas meridionais, sem que possa adiantar-se uma proposta de nomenclatura de algo concreto, assumido depois como antropónimo.

### 3.2. Paugendia

Tem-se comparado este antropónimo com *Paugenda*, nome referido num epitáfio perdido de *Bracara Augusta* (Redentor, 2017, II vol., p. 202, n.º 285). Hübner colheu a informação da epígrafe em ‘Acuña 3, 7’, que se baseara nas fichas olisiponenses de José Freire de Monteiro Mascarenhas, redactor da *Gazeta de Lisboa*. Há, porém, na ficha de *CIL* II 2445, a anotação: “3 VEG·ETVS traditur”. Sendo assim, se na *Lithologia* estava VEG·ETVS, por que razão optou Hübner por *Paugenda*? Sim, carecia-se de um nome feminino, porque M · F · C se interpreta *matri faciendum curavit vel curaverunt...* Por conseguinte, poder-se-á ver a proposta como duvidosa.

Procede de Coria uma estela em que se leu *Paugende* (Esteban 2016, n.º 1194), porque, na epígrafe, o E está grafado com dois I. Sucede que deverá entender-se o genitivo *Paugendii* e assim teremos aí o equivalente masculino de *Paugendia*.

Com base na leitura bastante inexacta dessa inscrição dada por Hübner (*CIL* II 776), María Lourdes Albertos (1966, p. 177) sugere que pode ver-se no antropónimo *Paugendus*, aí lido por Holder, “o indo-europeu \*peuk-, peug- ‘pinchar’, cf. gr. \*πεῦκος ‘punta, pincho’ [...]”.

Vallejo Ruiz dá conta dos testemunhos conhecidos, cita a proposta explicativa de Albertos e declara que *Paugendia* é “um nome lusitano-galaico” (Vallejo, 2005, p. 367). -dy- é um derivado secundário da derivação em -l- (p. 553); o nome atesta uma “clara derivação -yo- /-yā” (p. 604) e em -nd- (Vallejo, 2005, p. 633).

### 3.3. A filiação, a fórmula final

Pergunta João Vaz, a propósito de, na filiação, vir indicado o nome da mãe, e não o do pai, como é habitual:

“Seria *Culua* o fruto de um amor proibido? O pai seria já morto indicando-se por isso o nome da mãe? *Culua* guardou para sempre o seu segredo” (Vaz, 2007, p. 85).

Na fórmula final, o lapicida — além de parecer ter-lhe agradado dar ‘um ar de graça’ desenhando o S (de *sita*) bem lançado para diante, o que contraria a verticalidade dominante no traçado dos outros caracteres — optou por

grafar EST por extenso (por razões estéticas não careceria) e introduziu uma 'variante' que, naturalmente, se tem prestado às mais diversas interpretações: H · T · L · S — com a pontuação colocada perfeitamente segundo as regras.

Que L · S se desdobre em L(evis) S(it) não sofre contestação. O H pode ser o adjectivo demonstrativo da palavra seguinte ou o advérbio *hic*, 'aqui'. Quanto ao T são duas as hipóteses: T(erra) — e teríamos uma variante do vulgaríssimo S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) — ou T(umul)us T(ibi) . como João Vaz também sugeriu. Esta segunda hipótese afigura-se rebuscada e não se coaduna com a aparente perícia do lapicida/*ordinator*, que tão bem soube preparar esteticamente o suporte e paginar com impecável alinhamento à esquerda.

O editor de AE 1983 482 transcreve H(ic) T(umul)us, proposta seguida em EDCS-08500330; mas, entre as "outras leituras possíveis" sugere, além de H(aec) T(erra), H(oc *monumentum*) — hipótese também assaz rebuscada.

Hübner não inclui esta sequência no rol de abreviaturas (CIL II, p. 1176) e Lassère (2007, p. 1082) também não. Nem é fácil perceber se terá exemplos pelo mundo romano, pois importaria consultar número significativo de *corpora* com esse item no seu índice. A expressão *hoc tumulo* é frequente; em IRCP 112, de Mértola, encontramos *hoc sita est tumulo* e em IRCP 429, de Coruche, também no *conventus Pacensis*, há H(oc) T(umulo) S(itus) E(st), comentando-se que é expressão "muito rara" e que é susceptível de levar a supor "que este reforço da ideia de sepultura pode estar relacionado com a sacralidade e a inviolabilidade do local" (IRCP, p. 509).

#### 4. Conclusão

Estes dois antropónimos — a que poderia juntar-se *lbdœna* (inscrição n.º 7 de Vaz, 2007) — resultam da latinização de dois vocábulos indígenas verdadeiramente novos, sem filiação aparente com palavras de um primitivo estrato indo-europeu. Autóctones? Porque não? Seria manifestação clara de identidade!

A filiação indicada pelo lado materno pode também não ter a explicação habitual — morte prematura do pai ou filiação ilegítima — e representar, ao invés, a afirmação da importância do papel da mulher no seio do agregado familiar, como Luís Fernandes teve oportunidade de salientar (Fernandes, 1998–1999, p. 184).

É possível tirar alguma conclusão das reflexões agora feitas? O que se observou — partindo, anote-se, de um reduzidíssimo número de epígrafes — poderá vir a servir de estímulo a que análises pontuais, restritas, possam vir a ser feitas, numa tentativa de esses 'retalhos' virem a contribuir, juntos, para a confecção de uma 'manta' passível de se revestir de confortável credibilidade? Crê-se que sim.

Neste caso, o que vimos, afinal, no domínio da onomástica?

- a normal latinização dos nomes indígenas;
- a dificuldade em discernir, através da complexa (e, por vezes, à primeira vista, estranha) busca de etimologias, a atribuição dum antropónimo a determinado estrato linguístico original;
- e que as dúvidas suscitadas por *Culua* e sua mãe *Paugendia* ainda vão levar algum tempo a sanar — disso é que dúvida não há!



**Bibliografia citada**

- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia: Universidad.
- ACUÑA = CUNHA, José António da (1755) – *Lithologia Lusitana, ó memorias de las inscripciones y de otros monumentos, los cuales dan noticia de muchas antigüedades que acaecieron antes de las conquistas del mismo reyno sobre los árabes* (ms. C. 166, assinado com o apelido Acuña).
- AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.
- ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1966) – *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca: Universidad.
- ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1977) – Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena de M. Palomar Lapesa y M<sup>a</sup> Lourdes Albertos Firmat. *Emerita* 45:1, pp. 33–54.
- CIL II = HÜBNER, Emil (1869/1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum, II: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: Georg Reimer.
- CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (1996) – La epigrafía del Sudoeste: Estado de la cuestión. In VILLAR LIÉBANA, Francisco; ENCARNAÇÃO, José d', eds. – *La Hispania Prerromana. Actas del VI coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica* (Coimbra, 13–15 de octubre de 1994). Salamanca: Universidad; Coimbra: Universidade, pp. 65–75.
- EDCS = Epigraphik-Datenbank Claus / Slaby, acessível em < <http://www.manfredclaus.de/gb/> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2005) – Les noms des dieux dans l'Hispania pré-romaine. In BELAYCHE, Nicole; BRULÉ, Pierre; FREYBURGER, Gérard; LEHMANN, Yves; PERNOT, Laurent; PROST, Francis, eds. – *Nommer les dieux: théonymes, épithètes, épicleses dans l'Antiquité*. Turnhout: Brepols, pp. 413–422.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2018) – Apostilas epigráficas – 8. *Liburna*. 13, pp. 27–49 < <http://hdl.handle.net/10316/81370> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2019) – Apostilas epigráficas – 9. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 22, pp. 117–128. <http://hdl.handle.net/10316/88669>.
- ESTEBAN ORTEGA, Julio (2016) – *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. IV. Caurium*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- FERNANDES, Luís da Silva (1998–1999) – A presença da mulher na epigrafia do conventus Scallabitanus. *Portugalia*. Nova série. 19–20, pp. 129–228.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002) – O epitáfio latino de Beijós e a romanização da Beira Interior. In FERNANDES, Ana, ed. – *Universidade Católica Portuguesa: 20 Anos de Estudos Humanísticos em Viseu*. Viseu: Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira, pp. 115–139.
- FERNANDES, Luís da Silva (2011) – Placas funerárias decoradas del Conventus Emeritensis: rutas de difusión de un modelo. In NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel, eds. – *Roma y las provincias: modelo y difusión* (XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial). Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 671–680.
- Fouilles de Conimbriga II* = ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges; LÉVÊQUE, Pierre; LÉVÊQUE, Monique (1976) – *Fouilles de Conimbriga, II: épigraphie et sculpture*. Paris: De Boccard.
- FRADE, Helena (1998) – Ara a Júpiter da civitas Cobelcorum. *Ficheiro Epigráfico*. 58, n.º 266.
- IEW = POKORNY, Julius (1957/1969) – *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*. Tübingen; Bern; München: A. Francke.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Universidade < <http://hdl.handle.net/10316/578> >.
- KAJANTO, Iiro (1965) – *The Latin cognomina*. Roma: G. Bretschneider Editore. 1982 (reimp.). Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.
- LASSÈRE, Jean-Marie (2007<sup>2</sup>) – *Manuel d'épigraphie romaine*. Paris: Picard.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros (2017) – *Perfectissima femina: femmes de l'élite dans l'Hispanie romaine*. Bordeaux: Ausonius.
- PRÓSPER PÉREZ, Blanca María (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del occidente da la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad.
- REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no conventus Bracaraugustanus (pars occidentalis); percursos pela sociedade brácarica da Época Romana*. Coimbra: Universidade.
- VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- VAZ, João L. Inês (2007) – *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro.

VILLAR LIÉBANA, Francisco (2000) – *Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania prerromana: las poblaciones y las lenguas prerromanas de Andalucía, Cataluña y Aragón según la información que nos proporciona la toponimia*. Salamanca: Universidad.